



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

## **A alternativa agroecológica em assentamentos rurais do MST: economia política da sustentabilidade e resistência no Brasil**

Erika Batista

[erika.batista@ifsp.edu.br](mailto:erika.batista@ifsp.edu.br)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP/ Campus de Campinas

Universidade Estadual Paulista - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/ Campus de

Marília

Brasil



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### RESUMO

As duas últimas décadas assistiram à expansão do agronegócio e de um modelo de produção agrícola baseado num paradigma tecnológico e científico que reafirma a posição do Brasil como exportador de *commodities* no fluxo global do capital. O modelo atua numa combinação do sistema convencional e transgênico de produção, em que são necessários um grande volume de capital, a dependência de financiamento externo, energia, insumos e crédito. Esta combinação fortalece a lógica que sustenta a valorização do capital fictício ao beneficiar o setor do agronegócio por políticas de desenvolvimento econômico e tecnológico que fomentam as inovações científicas para o incremento deste modelo. A política agrícola está delineada segundo o papel que as corporações da agroindústria desempenham na estrutura do agronegócio mundial e as instituições brasileiras de crédito rural articulam-se aos interesses das frações dominantes no setor, preservando as coalizões políticas que mantêm o financiamento da agricultura restrito à cadeia do agronegócio ampliado.

No bojo desta lógica é que a reestruturação produtiva sustentável mobiliza a apropriação privada dos recursos naturais enquanto trata de dissimular o teor ideológico do discurso ambiental. A perspectiva do desenvolvimento sustentável assegura limites de proteção ecológica na ótica da racionalidade capitalista e seus desdobramentos apontam para o avanço de um mercado de produtos "sustentáveis" - como o de alimentos orgânicos - ao invés de uma preocupação ambiental, alimentar e nutricional. Contudo, experiências protagonizadas por organizações de trabalhadores rurais na América Latina tem possibilitado importante contraponto a esta dissimulação a partir da alternativa agroecológica, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil (MST). Assentamentos como o Milton Santos e Elizabeth Teixeira na região de Campinas (leste paulista) ilustram uma trajetória de luta contra a espoliação no campo e por políticas públicas de incentivo à agricultura familiar articuladas à produção orgânica e segurança alimentar, além da pauta da reforma agrária brasileira. O objetivo geral deste trabalho é difundir a trajetória da agroecologia no Brasil por meio das lutas travadas por estes assentados e, especificamente, resgatar a importância socioambiental da produção orgânica para o desenvolvimento da agricultura familiar. Os resultados da pesquisa que fundamenta esta proposta indicam que a perspectiva sustentável na lógica do capital privatiza os recursos naturais e cria novas formas de desigualdade e dominação no campo, porém não está livre de conflitos e núcleos de resistência que possibilitam alternativas efetivas de desenvolvimento sustentável. A partir do alinhamento de fontes bibliográficas e documentais, pretende-se demonstrar esta argumentação por meio do método de investigação materialista e apresentar suas intersecções de maneira dialética.

### Palavras chave

Agroecologia; economia política; MST.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

### **ABSTRACT**

The last two decades have witnessed the expansion of agribusiness and a model of agricultural production based on a technological and scientific paradigm that reaffirms Brazil's position as a commodity exporter in the global flow of capital. The model acts in a combination of the conventional and transgenic production system, in which a large volume of capital, dependence on external financing, energy, inputs and credit is required. This combination strengthens the logic that supports the valorization of fictitious capital by benefiting the agribusiness sector by policies of economic and technological development that foster scientific innovations to increase this model. Agricultural policy is outlined according to the role that agribusiness corporations play in the global agribusiness structure and the Brazilian rural credit institutions are articulated to the interests of the dominant fractions in the sector, preserving the political coalitions that keep the financing of agriculture restricted to the chain of expanded agribusiness. In keeping with this logic is that sustainable productive restructuring mobilizes the private appropriation of natural resources while trying to conceal the ideological content of environmental discourse. The perspective of sustainable development ensures limits of ecological protection from the point of view of capitalist rationality, and its consequences point to the advance of a market of "sustainable" products, such as organic food, rather than environmental, food and nutritional concerns. However, experiences carried out by rural workers organizations in Latin America have made possible an important counterpoint to this dissimulation from the agroecological alternative, such as the Landless Workers Movement in Brazil (MST). Settlements such as Milton Santos and Elizabeth Teixeira in the region of Campinas (eastern São Paulo) illustrate a trajectory of struggle against plundering in the countryside and by public policies to encourage family farming linked to organic production and food security, as well as the Brazilian agrarian reform agenda. The general objective of this work is to disseminate the trajectory of agroecology in Brazil through the struggles of these settlers and, specifically, to rescue the socioenvironmental importance of organic production for the development of family agriculture. The results of the research that underlies this proposal indicate that the sustainable perspective in the logic of capital privatizes natural resources and creates new forms of inequality and domination in the field, but is not free of conflicts and nuclei of resistance that allow effective alternatives for sustainable development. From the alignment of bibliographic and documentary sources, it is intended to demonstrate this argumentation through the method of materialistic investigation and present its intersections in a dialectical way.

### **Keywords**

Agroecology; political economy; MST.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**  
3 - 8 Diciembre / Montevideo  
Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

## **I. Introducción**

A discussão sobre a crise ecológica tem retomado a perspectiva do desenvolvimento sustentável, ainda que os desdobramentos efetivos desta perspectiva demonstrem a continuidade do esgotamento dos recursos naturais e novos conflitos socioambientais que são, fundamentalmente, fruto do modelo econômico capitalista global. Novos momentos de reestruturação produtiva e campos de valorização são explorados a partir desta ótica e viabilizam a mercantilização da natureza em patamares mais amplos.

Este trabalho apresenta um recorte econômico e político do cenário em que figura o movimento da sustentabilidade no Brasil e no qual a polissemia do conceito de desenvolvimento sustentável possui a função de reproduzir um consenso unilateralmente positivo, disciplinando práticas que legitimam a ordem social estabelecida pelos princípios da acumulação capitalista. Por outro lado, se a crítica a este direcionamento polissêmico do conceito é importante, também é necessário fortalecer uma perspectiva teórica e prática que seja capaz de construir algo em seu lugar.

Uma destas perspectivas é a da Agroecologia proposta por movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que mobiliza novos parâmetros para um desenvolvimento efetivamente sustentável como parte de um projeto político de transformação da sociedade. Existe um conjunto de assentamentos que já ilustra esta orientação na disputa por políticas públicas de incentivo à agricultura familiar articuladas à produção orgânica e segurança alimentar, além da pauta permanente da reforma agrária em sua trajetória de luta contra a espoliação no campo.

Os objetivos desta discussão são o de reconduzir o debate sobre meio ambiente e sustentabilidade aos fundamentos da economia política e o de apresentar elementos que possibilitem esta crítica por meio dos princípios da Agroecologia e das experiências práticas dos produtores familiares assentados de reforma agrária organizados pelo MST.

## **II. Marco teórico**

Conforme Batista (2013; 2014), o conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se um dos pilares da teoria da sustentabilidade para os modelos de gestão do trabalho estabelecendo mais



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

um paradigma organizacional da ideologia capitalista no sentido ontológico de Lukács (1981). A polissemia do conceito trabalha uma dupla função: primeiro a de convencer as classes sociais de que há viabilidade para um desenvolvimento capitalista sustentável e que este modelo garante um suposto bem comum, ao mesmo tempo em que maneja os conflitos socioambientais para o atendimento dos grupos economicamente hegemônicos e nos termos do que a autora classifica como *economia política da sustentabilidade*.

A discussão teórica em torno da exploração dos recursos naturais no modo de produção capitalista não é nova na Economia Política e autores como Foladori (2001), Foster (2011), O'Connor (1991), Alier (2007), Meszáros (2007; 2011) e Löwy (2005), além de autores da chamada Economia Ecológica - já chamaram a atenção para a centralidade da relação entre desenvolvimento e ecologia na Economia Política Clássica, segundo Batista (2016b).

Com a ascensão da economia neoclássica o eixo desloca-se para o âmbito ambiental de forma isolada das discussões econômicas e o debate incorpora a ecologia na ótica do paradigma tecnológico e sua infinita capacidade de substituição dos recursos naturais. Ainda segundo a autora (2016a), quando o modelo de industrialização e crescimento começou a dar sinais de estagnação a partir dos anos 1970, o movimento em torno da reestruturação produtiva sustentável foi ganhando terreno.

A tese de que os impactos da industrialização sobre os fenômenos naturais são reversíveis moldou a perspectiva do desenvolvimento sustentável "tecnológico", de modo que as tecnologias sustentáveis tornaram-se o grande paradigma no horizonte neoclássico, já que possibilitariam a reparação dos danos causados ao meio ambiente e a descoberta de novas fontes e modelos produtivos conscientes.

A partir do século XXI a teoria da sustentabilidade torna-se a boa nova em diferentes frentes e o princípio de que é possível manter o desenvolvimento econômico em bases sustentáveis refletiu-se em novos métodos de manejo dos recursos naturais. Surge então a Economia Ambiental Neoclássica (EAN), consolidando a relação entre ecologia e sociedade para o modo de produção capitalista e segmentando as funções do meio ambiente.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O tratamento utilitário dos impactos ambientais orientado pelo desenvolvimento econômico capitalista e pelo paradigma tecnológico não interferem no fluxo do capital, que mantém sua trajetória e monetariza a degradação ambiental para que seja absorvida pela liberalização e desregulamentação financeiras que caracterizam o padrão dominante de desenvolvimento, conforme argumentam Chesnais e Serfati (2003).

No caso do Brasil, o cenário da produção de alimentos oferece um terreno propício para reconhecer a materialidade econômica e política destes termos, na medida em que a análise das inovações tecnológicas sustentáveis no segmento permitem identificar suas contradições, arranjos e a função social da ideologia da sustentabilidade, bem como os caminhos da resistência e lutas sociais travadas por movimentos organicamente comprometidos com a terra.

### **III. Metodología**

As análises apresentadas a seguir demonstram como a polissemia do conceito de desenvolvimento sustentável marca o século XXI enquanto tentativa de reestruturação produtiva do capital para a busca de novas fontes de acumulação, conectando as relações entre as crises econômica e ecológica com ênfase na produção de alimentos no Brasil e seus agentes sociais.

O trabalho é parte do projeto pós-doutoral "A economia política da sustentabilidade e a produção de alimentos no Brasil do século XXI" desenvolvido na Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Campus de Marília, e do Núcleo de Estudos em Educação, Agroecologia e Sociedade - NEAES - do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus de Campinas.

Partindo-se do pressuposto de que os objetos das Ciências Sociais não devem ser apreendidos como elementos autônomos, o tratamento metodológico utiliza a categoria da totalidade para analisar as determinações econômicas, políticas e sociais do capitalismo contemporâneo em relação às formulações mais particulares da crise ecológica no âmbito das discussões que envolvem a reestruturação produtiva "sustentável" em conexão com o agronegócio apropriando-se do método materialista histórico.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

As técnicas que demonstraram-se efetivas até o momento foram o levantamento bibliográfico e a pesquisa documental a partir de material já elaborado na forma de teses, livros e artigos científicos que abordam direta ou indiretamente a problemática, sobretudo das áreas de Economia Política e Ecológica, Sociologia Política e Ambiental, e fontes institucionais. Além disso, também há a produção e tratamento de dados primários coletados em campo a partir de atividades socioeducativas desenvolvidas nas comunidades rurais base da pesquisa: o assentamento Milton Santos e o acampamento Elizabeth Teixeira que ainda não foram adequadamente tabulados.

O assentamento Milton Santos (AMS) está localizado no município de Americana, região metropolitana de Campinas, estado de São Paulo. A área já possui diversas experiências com outros projetos, como horta coletiva de produção agroecológica, quintais agroflorestais e certificação participativa (OCS). O PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) "Comuna da Terra Milton Santos" conta com 68 famílias e tem realizado uma série de projetos em parceria com universidades paulistas, em especial a USP/ ESALQ de Piracicaba, a Unicamp e o IFSP em Campinas.

O acampamento Elizabeth Teixeira (AET) está localizado próximo ao km 138 da Rodovia Anhanguera em Limeira, estado de São Paulo. A área, conhecida como Horto Tatu, de 602.867 hectares foi ocupada por cerca de 250 famílias em 21 de abril de 2007, e contrasta com as terras vizinhas, que continuam apropriadas pelo monocultivo canavieiro. Em 2008 foi aprovada a proposta de destinação do Horto Tatu para o assentamento de agricultores sem-terra, prevendo a criação de 150 lotes familiares. Todavia, a área ainda segue sem regulamentação legal e as famílias acampadas com a ameaça intermitente do despejo, embora mesmo com pouca estrutura já possua capacidade considerável de produção de alimentos e funcione como uma unidade de assentamento para as famílias.

Ao todo são 100 famílias no AET, em 100 lotes de um hectare cada um, pretendendo ser expandidos para dois hectares segundo a última homologação do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). O acampamento apresenta também um espaço coletivo onde ocorrem atividades, com uma série de parceiros de universidades e da sociedade civil, relacionadas à educação infantil, à educação de jovens e adultos e à ações ligadas à Agroecologia.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Nos dois territórios da Reforma Agrária já há experiências produtivas de base agroecológica, principalmente nos cultivos de frutas, hortaliças e mandioca, bem como cursos e oficinas realizadas na temática. Existem grupos, tanto no Elizabeth Teixeira quanto no Milton Santos, que já operam, em organização coletiva, o fornecimento de alimentos para grupos de consumo na cidade de Limeira e Americana.

O delineamento da investigação é qualitativo no sentido de articular os parâmetros de inovação tecnológica inseridos na perspectiva do desenvolvimento sustentável aos novos campos de valorização capitalista com os produtos "sustentáveis" e as relações comerciais impostas pelos sistemas agroalimentares hegemônicos, ao mesmo tempo que identifica os pontos de resistência a partir dos princípios da Agroecologia praticados por agentes sociais como os agricultores familiares assentados e acampados.

#### **IV. Análises e discussão de dados**

O Brasil participa das cadeias globais de valor como fornecedor de insumos para empresas do exterior e que mantém o agronegócio em posição de destaque na economia brasileira, sobretudo em relação à balança comercial com o aumento da produtividade e da participação do PIB na geração de superávits. Tais características consagram o discurso de que o agronegócio brasileiro seria o setor responsável pelo desenvolvimento e crescimento do país.

Utilizando desenvolvimento técnico e científico para o aumento da produtividade, o agronegócio tem absorvido as inovações da biogenética e da nanotecnologia para o incremento da produção agrícola de tipo convencional e transgênica, seguindo a marcha iniciada com a chamada Revolução Verde nos anos 1950-60.

Pesquisas como a de Batista (2016a) demonstram que o pacote tecnológico da "revolução verde" foi negociado para o Programa de Extensão Rural ainda no governo de Juscelino Kubitschek, através do Congresso Nacional dos Estados Unidos, e possibilitou a transferência de grande volume de recursos públicos ao setor do agronegócio. A estrutura de produção passou a depender fundamentalmente dos recursos públicos, enquanto alterou as relações naturais com o meio ambiente pela introdução maciça do uso de agrotóxicos e adubos sintético.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A mundialização do capital seguiu sua rota no Brasil e os instrumentos de política agrícola delinearam-se segundo a estrutura do agronegócio mundial e seus impérios agroalimentares, em que as instituições de crédito rural articulam-se aos interesses das frações econômicas hegemônicas preservando as coalizões políticas que asseguram o financiamento da agricultura até hoje. Ainda segundo a autora (2016), o Estado brasileiro atua como provedor de capital ao agronegócio desde as décadas que precederam as reformas neoliberais que entraram na agenda dos governos a partir dos anos 1990.

O Brasil aderiu ao pacote tecnológico que industrializou a agricultura brasileira e a cadeia produtiva do agronegócio permanece na lógica da modernização conservadora que caracterizou sua gênese, integrada à economia agrícola capitalista. O papel das corporações que dominam o mercado da *agroindústria no capitalismo financeirizado*, conforme trabalham Pinassi e Mafort (2012) - ou do *agronegócio ampliado*, como caracteriza Accioly (2012) - compreende um complexo sistema externo à agricultura que engloba setores de transporte, geração de energia, logística, crédito rural, pesquisa e desenvolvimento subordinada aos interesses do capital industrial, bancário e financeiro num processo intenso de investimento e especulação.

Apesar da construção ideológica de um setor moderno e responsável, vale frisar que o agronegócio brasileiro não produz alimentos e sim *commodities* agrícolas produzidas nas grandes monoculturas, sobretudo para abastecimento do mercado mundial segundo as Bolsas de Mercadorias e de Futuro. Conforme a publicação da série Censo Agropecuário/2006 realizado pelo IBGE (2012), mais de 70% dos alimentos para consumo da população foram produzidos pelas pequenas propriedades de agricultura familiar em apenas 24,3% do território brasileiro.

Neste mesmo levantamento, 15,6% dos estabelecimentos rurais representam o agronegócio e respondem por 75,7% das áreas ocupadas com 253.577.343ha, contra os 80.102.694ha que representam a área dos estabelecimentos tabulados como de agricultura familiar. Mesmo com a herança histórica da concentração de terras nas mãos do grande latifúndio, a produção de alimentos básicos ocorre via agricultura familiar, responsável pelo cultivo de 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho e 34% de arroz gerados pela agricultura brasileira no período.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O modelo de produção convencional articula-se a um processo relativamente novo, a produção transgênica de alimentos. A base deste processo está na produção de alimentos geneticamente modificados (AGM) denominado transgênese<sup>1</sup>. Esta inovação tecnológica foi incorporada ao processo produtivo de alimentos no bojo da difusão da teoria da sustentabilidade, sobretudo nos Estados Unidos durante a década de 1990.

Partindo da premissa de que seria possível criar sementes capazes de utilizar menos recursos hídricos e reduzir o uso de agrotóxicos e combustível na cadeia produtiva de alimentos, a tecnologia de tipo transgênica passou ao rol das inovações no campo da sustentabilidade como um novo modelo de desenvolvimento na agricultura. Segundo o relatório do ISAAA (Serviço Internacional para Aquisição de Biotecnologia Agrícola) de 2014, o Brasil ocupa cerca de 23% do total mundial em área de cultivo de transgênicos, ficando atrás somente dos Estados Unidos.

Entretanto, o país continua a ocupar o posto de maior consumidor de agrotóxicos do mundo desde 2008, embora não seja o maior produtor mundial agrícola. Segundo dados da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO, 2015) cada brasileiro ingeria 5,2 litros de agrotóxico 2008 e este número ultrapassou os 7% no último ano.

Cerca de 500 mil pessoas são contaminadas por produtos agroquímicos segundo o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, além de pelo menos 14 produtos que já foram condenados pelo mercado europeu ainda serem permitidos e comercializados no país com a anuência da Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA). O caso do glifosato representa a materialidade dos arranjos políticos no setor, uma vez que seus Limite Máximo de Resíduo (LMR) e Ingestão Diária Aceitável (IDA) foram flexibilizados pela Agência para um aumento de 50 vezes na soja e 10 vezes no milho, por exemplo, ainda segundo o dossiê da Associação (2015).

---

<sup>1</sup> Segundo a pesquisa de Batista (2016a; 2016b), as primeiras experiências deste tipo de produção no Brasil remontam à década de 1990 no sul do país com o cultivo de soja geneticamente modificada com sementes trazidas da Argentina e Paraguai. A regulamentação deste tipo de produção e mercado só ocorreu em 2005 com a aprovação pelo Congresso da Lei de Biossegurança 11.105. Segundo o Centro de Genética Molecular da Universidade Federal de Minas Gerais, "transgênico é um organismo que foi submetido a técnica específica de inserção de material genético (trecho de RNA|DNA) de outro organismo (que pode até ser de espécie diferente)". Na agricultura convencional também existe a modificação genética de alimentos, porém por meio de um processo diferente, denominado de "natural" ou "clássico", em que há o cruzamento de uma planta com outra da mesma espécie, segundo pesquisa de Pelaez, Albergoni e Guerra (2004).



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

As próprias contradições do setor do agronegócio geram o movimento de crítica a este processo de mercantilização da natureza e dominação social no campo. Embora a proposta agroecológica tenha diferentes enfoques e sua apropriação esteja longe de formar um consenso, é possível identificar algumas de suas linhas e características adotando-se a classificação de Caporal e Costabeber (2000), entre as correntes *ecotecnocrática* e corrente *ecossocial*.

A primeira trabalha com um modelo de agricultura alternativo que não se contrapõe ao modelo de produção alimentar capitalista, são as "ecocapitalistas" vinculadas à visão de desenvolvimento sustentável que se encaixa no modelo econômico e político neoliberal. Caporal e Costabeber (2000) caracterizam a *corrente ecotecnocrática* no bojo do "modelo da revolução verde verde, da dupla revolução verde ou da intensificação verde" e salientam que as linhas desta corrente visam a conquista de mercados específicos na busca de lucro.

Batista (2016a; 2016b) ressalta que a substituição dos insumos agroquímicos na agricultura não garante que ela seja necessariamente agroecológica ou esteja fazendo frente aos modelos convencional e transgênico na produção de alimentos. Existem modelos de agricultura alternativos que estão inseridos no circuito produtivo, comercial e financeiro dos grupos econômicos transnacionais que já controlam a cadeia do agronegócio e querem controlar o mercado de alimentos orgânicos, denominados de "*corporganics*" por Ruíz-Marrero (2004).

Redes varejistas como a norte-americana Whole Foods e grupos como a General Mills, Nestlé e Coca-Cola já controlam cadeias de produção orgânica, desde o cultivo nas fazendas corporativas à distribuição nas grandes redes de supermercados sob os selos que atestam os "padrões" de certificação internacionais, que também tornou-se uma vantagem competitiva no mercado de produtos orgânicos brasileiro. As empresas que conseguem obtê-lo adentram a cadeia de exportação e complementam a participação no mercado interno devido à obtenção do selo federal concedido pelo Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SISORG).

Monteiro (2014) afirma que o Brasil exporta cerca de 70% de sua produção agroecológica, sobretudo produtos como soja, café e açúcar. Segundo o Instituto de Promoção do Desenvolvimento de Orgânicos (IPD, 2011), o projeto Organics Brasil já atingiu um valor superior a 108,2 milhões de dólares com a exportação de produtos orgânicos certificados pelo Sisorg.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A tendência ecossocial que efetivamente defende uma nova proposta de agricultura, cujo fundamento seja neutralizar a lógica do trabalho alienado e proteção do meio ambiente é a da agroecologia vinculada a grupos camponeses como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). Gonçalves (2008) chama a atenção para a alternativa agroecológica proposta pelo MST na direção de uma reconstrução da agricultura camponesa via reforma agrária, o que passa necessariamente pelo desenvolvimento de novas formas de gestão, distribuição cooperativizadas e educação, além da produção agroecológica propriamente dita.

O que significa trazer para o debate temas como o de autogestão, desmercantilização da natureza e educação popular, reconduzindo a questão da crise ecológica para os fundamentos da crise econômica e de um padrão de sociabilidade constituído pelo modo de produção capitalista contemporâneo. Para o MST a agroecologia vai além de um enfoque apenas científico e sustentável para a agricultura, baseando-se na negação do modelo de desenvolvimento rural historicamente delineado no Brasil, conforme afirma Batista (2016a).

Enquanto o Estado e governo brasileiros financiam a cadeia produtiva do agronegócio - concedendo crédito, subsídios, sementes, assistência técnica, pesquisa e tecnologia - existem inúmeras dificuldades para movimentos de agricultura camponesa, que vão desde a precariedade dos técnicos encaminhados para as áreas de cultivo familiar, passando por equipamentos danificados e obsoletos, o estímulo da produção agroecológica especificamente, os princípios de uma educação alimentar que permita apoio para redes de distribuição e consumo dos produtos agroecológicos.

Além de suportarem as pressões do circuito agroindustrial os membros do grupo que partilham da perspectiva agroecológica travam uma luta interna para que os assentamentos transitem a este novo modelo de agricultura. A experiência dos assentamentos Milton Santos e do acampamento Elizabeth Teixeira ilustram estas barreiras, fazendo com que os agricultores busquem suas próprias alternativas para o desenvolvimento de projetos como horta coletiva de produção agroecológica, quintais agroflorestais, certificação participativa (OCS), parcerias com instituições de ensino e pesquisa, bem como criação e manutenção de redes de comercialização independentes do circuito comercial do agronegócio.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**  
3 - 8 Diciembre / Montevideo  
Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

## **V. Conclusões**

Entre o segundo semestre de 2016 e o início de 2017, os projetos de entrega junto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foram finalizados no assentamento Milton Santos e no acampamento Elizabeth Teixeira e a liberação de recursos para novos projetos não foi feita pelo governo federal. Neste contexto de incertezas as famílias assentadas discutiram alternativas para escoamento de sua produção e elaboraram propostas de venda direta junto à consumidores locais.

Após realizar visitas, analisar e conhecer vários arranjos de comercialização os produtores optaram por montar estratégias de venda direta nos moldes de grupos de consumo e a partir dos acordos de compra garantida, reduzindo prejuízos financeiros e desperdício de alimentos. No assentamento Milton Santos constituiu-se um grupo de agricultores e agricultoras com 14 participantes, escolhendo o formato de organização e entrega de cestas orgânicas entre folhas, legumes, frutas e alimentos processados de origem orgânica e artesanal.

Estes produtores já apresentam certificação orgânica por OCS (Organização de Controle Social) e esta iniciativa está ancorada na Cooperflora (Cooperativa da Agricultura Familiar de Americana, Cosmópolis, Limeira e Piracicaba) constituída em novembro de 2015. A cooperativa tem por objetivo apoiar, fomentar e atuar na organização para distribuição e venda dos produtos dos agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária do Assentamento Milton Santos e acampamentos Elizabeth Teixeira e Nelson Mandela em Piracicaba.

Nas reuniões organizativas do grupo de agricultores, determinam-se coletivamente o padrão de qualidade e parâmetros de higiene dos produtos a serem entregues, preços e logística de transporte. Os grupos de consumo são formados a partir das redes políticas, institucionais e pessoais estabelecidas pelos agricultores e pelas instâncias regional e estadual do MST com os parceiros de trabalho, geralmente professores, pesquisadores, servidores públicos e trabalhadores urbanos das cidades próximas.

Os produtos entregues pela Cooperflora são frescos e escolhidos conforme a sustentabilidade ambiental da produção na temporada, dentre eles: : Abacate, Abacaxi, Acerola,



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Amora, Banana, Jaca, Laranja, Limão, Mamão, Manga, Maracujá, Mexirica, Pitanga, Abobrinha, Berinjela, Beterraba, Caxi, Cebola, Cenoura, Chuchu, Jiló, Maxixe, Pepininho, Pepino, Pimenta, Pimentão, Quiabo, Rabanete, Tomatinho, Vagem, Batata Doce, Feijão andu, Feijão catador, Inhame, Mandioca, Milho Verde, Acelga, Agrião, Alface, Alho Nira, Alho-poró, Almeirão, Brócolis, Catalônia, Cebolinha, Cheiro-Verde, Chicória, Coentro, Couve, Escarola, Espinafre, Repolho, Rúcula, Salsinha, Serralha, Alecrim, Canela (folhas), erva cidreira, erva-doce, gergelim, hortelã, Loro, Manjeriço, Menta, Orégano fresco, coloral e açafrão.

Os próprios produtores da Cooperflora organizam-se quantos às questões logísticas para a entrega, frequência, transporte, valores das cotas, preços dos alimentos e frete. Tratam também de tarefas de corresponsabilidade com a organização do local de entregas, coleta e contabilização dos valores para repasse proporcional aos cooperados. Estes registros tem sido muito importantes para a mensuração da capacidade produtiva e planejamento para absorção de novos grupos, como também para certificar novas famílias.

É relevante destacar que entre outubro de 2016 e janeiro de 2017 os grupos de agricultores e agriculturas do Milton Santos e Elizabeth Teixeira forneceram juntos mais de 3 toneladas de alimentos nas cidades de Americana e Limeira. Neste sentido, a proposta de venda garantida em cestas ou por cotas de consumo tem sido muito bem aceita pelas famílias produtoras participantes frente à precarização das políticas públicas de produção. E este número deve crescer, visto que em 2017 formaram-se mais grupos na cidade de Campinas, mediados pelas ações colaborativas do Sindicato dos Petroleiros e do Núcleo de Estudos em Agroecologia, Educação e Sociedade do IFSP.

No caso específico do grupo de consumo viabilizado entre os servidores do IF, a orientação das lideranças do MST na Cooperflora foi a de trabalhar uma ação socioeducativa anterior à formação do grupo, já que uma das dificuldades percebida pelos produtores é a intermitência da participação dos consumidores nos grupos, afetando diretamente o planejamento produtivo e o desperdício de recursos. O NEAES atua como um mediador através da extensão com a elaboração e oferta do workshop "Agroecologia e redes de consumo conscientes", dando origem a um grupo de consumo que iniciou-se com 14 participantes e hoje conta com a entrega de 24 cestas quinzenais.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A formação permite que os próprios agricultores cooperados apresentem-se e exponham os princípios agroecológicos da produção dos alimentos que farão parte das cestas, passando por noções básicas de sistemas agroalimentares, educação alimentar e segurança nutricional. Em contrapartida, os consumidores aproximam-se dos produtores estabelecendo uma relação equitativa e de compromisso. Esta estratégia também tem aumentado a preocupação e comprometimento dos agricultores com a qualidade ecológica e sanitária dos alimentos, enquanto para os consumidores enfatiza-se a importância do consumo consciente e o fortalecimento dos territórios da Reforma Agrária, criando parceiros políticos.

Ao mesmo tempo, o agricultor passa a dominar cada vez mais suas condições de vida e a utilização dos recursos, proporcionando as condições materiais para a formação de uma consciência autêntica sobre a alternativa de um modelo de produção agrícola efetivamente ecológico e sustentável, que ressignifica as relações sociais de produção no campo e questiona as formas da ideologia capitalista disseminadas pela economia política da sustentabilidade.

Löwy argumenta que é preciso incluir de forma sistemática o prisma da ecologia na proposta revolucionária de superação do modo de produção capitalista e recuperar seus fundamentos econômicos e políticos, daí a importância de um projeto político que articule hoje ecologia e socialismo de forma concreta. Segundo o autor (2005, p. 42-43):

A questão ecológica é, a meu ver, o grande desafio para uma renovação do pensamento marxista no início do século XXI. Tal questão exige dos marxistas uma revisão crítica profunda da sua concepção tradicional de “forças produtivas”, bem como uma ruptura radical com a ideologia do progresso linear e com o paradigma tecnológico e econômico da civilização industrial moderna.

Nesta perspectiva é que a Agroecologia, enquanto matriz científica multidisciplinar e modelo de produção agrícola proposto por movimentos sociais organicamente comprometidos com a luta pela terra no Brasil, recupera esta revisão e torna-se uma alternativa de resistência concreta, econômica e política, que reintegra a simbiose entre o homem e a natureza para o desenvolvimento sustentável.

## VI. Bibliografía



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ACCIOLY, I. *O capital e a sua consciência do ambiente*. Disponível em: < <http://www.resistir.info>>. Acesso em: ago. de 2013.

ACSELRAD, V. *Liberalização econômica, desenvolvimento e financiamento ao agronegócio*. In: BOSCHI, R. R. (org.) **Variedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ALIER, J. M. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Contexto, 2007.

BATISTA, E. *A sustentabilidade de um modelo de desenvolvimento em crise: capitalismo e produção de alimentos no Brasil do século XXI*. In: CORSI, F.; SANTOS, A.; MARANGONI, J.C. (org.) **Os dilemas atuais do Brasil e da América Latina**. Bauru, SP: Canal6, 2016a.

\_\_\_\_\_. Reestruturação produtiva e mercantilização da natureza no desenvolvimento da produção de alimentos no Brasil. In: **Acta académica. XXX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. Costa Rica, 2016b.

\_\_\_\_\_. A teoria da sustentabilidade como ideologia e a reificação da subjetividade social. **Revista Espaço Acadêmico (UEM)**, v. 15, p. 1-15, 2014.

\_\_\_\_\_. *A insustentável teoria da sustentabilidade*. Ideologia e reificação no discurso empresarial da responsabilidade social. Tese. (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Marília: 2013.

CAPORAL, F.; COSTABEBER, J. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. **Agroecologia e desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 1, n. 1, p. 16-37, 2000.

CARNEIRO, F. F. (org) **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CHESNAIS, F. SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. In: **Revista Crítica Marxista**, nº 16. São Paulo: Boitempo, março -2003.

FOLADORI, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx*. Marxismo e natureza. São Paulo: Civilização Brasileira: 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação*. Segunda apuração. Rio de Janeiro: 2012.

INSTITUTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE ORGÂNICOS (IPD). *Pesquisa – O Mercado Brasileiro de Produtos Orgânicos*. Curitiba, 2011.



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

LÖWY, M. *Ecología e socialismo*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

LUKÁCS, G. *Il problema dell'ideologia*. In: **Per l'ontologia dell'essere sociale**. Roma: Editori Riuniti, 1981.

MESZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. O socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTEIRO, M. N. C. *Os alimentos orgânicos e a percepção de seus atributos por parte dos consumidores*. 2014. In: SEMEAD. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br>>. Acesso em: dez. 2015.

PINASSI, M. O. MAFORT, K. *Os agrotóxicos e a reprodução do capital na perspectiva feminista da Via Campesina*. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (orgs.) *Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

RUÍZ-MARRERO, C. *Is Bigger Better? Corporate Clouds on the Organic Horizon*. **Special to CorpWatch**, 2004. Disponível em <<http://www.corpwatch.org>>. Acesso: em dez. 2015.